



Contribuição da Engie Brasil Energia à Consulta Pública nº 95 de 2020 do Ministério de Minas e Energia

Plano Nacional de Expansão 2050

A Engie Brasil Energia (Engie) cumprimenta o Ministério de Minas e Energia e vem através desta apresentar suas contribuições ao Relatório do Plano Nacional de Expansão 2050 (PNE 2050).

Inicialmente, cabe pontuar que é importante e benéfico que se tenha um conjunto de estudos que deem suporte ao desenho da estratégia de longo prazo do planejador em relação à expansão do Setor de Energia. Especialmente, quando tais estudos são construídos de forma conjunta entre planejador, a sociedade e aos Agentes de Mercado. Desta forma, todos os afetados pelas políticas energéticas podem observar com maior clareza as incertezas e os caminhos indicados para o futuro do setor de energia.

A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que liderou a elaboração do PNE 2050 trouxe quatro principais objetivos para o desenho da estratégia de longo prazo: (i) Impactos ambientais: Alinhamento aos esforços de combate às mudanças climáticas e preservação ambiental; (ii) Desenvolvimento socioeconômico: Energia como fator fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e equidade; (iii) Segurança energética: Brasil deve gerenciar o nível de exposição a riscos de suprimento de energia; e (iv) Competitividade: O custo da energia é fator de inserção econômica internacional do Brasil.

A Engie está alinhada com tais objetivos estratégicos e reforçamos as principais diretrizes que conforme nosso entendimento devem seguidas no planejamento da expansão do Setor de Energia: a livre competição entre os Agentes de Mercado; o incentivo a concorrência; o foco em energias renováveis, observando-se a neutralidade tecnológica; expansão da infraestrutura nacional executada na medida do necessário e de acordo com racional econômico de mercado.

Não obstante ao alinhamento estratégico acima exposto, pontuaremos abaixo tópicos específicos discutidos ao longo do PNE:

- a. **Neutralidade Tecnológica:** A Engie entende que a utilização e adequação de recursos em um contexto de maior participação das fontes renováveis deve ser obtida por meio de desenho de mercado que garanta a devida neutralidade tecnológica na expansão. Assim sendo, deve haver, por parte do planejador, um olhar neutro quanto à tecnologia e sim, focado nos requisitos sistêmicos, sejam estes técnicos ou ambientais.
- b. **Orientação a mercado:** Defendemos uma visão mais orientada a mercado, objetivando um setor de energia mais concorrencial, descentralizado, com multiplicidade de agentes e mais dinâmico. Isto, pois entendemos que o caminho para um setor de energia mais eficiente e com menores custos ao consumidor final é através da competição no mercado.
- c. **Isonomia entre Agentes de Mercado:** É do entendimento da Engie que não deve haver tratamento assimétrico ou discriminatório entre agentes, seja entre o lado da oferta e da demanda, entre ambientes de contratação (livre ou regulado) ou de acesso a infraestruturas essenciais. Tratamentos não isonômicos ou discriminatórios, assim como barreiras de entrada ou de acesso à infraestrutura, criam

distorções no Mercado e conseqüentemente, o afastam da concorrência perfeita. Desta forma, tais comportamentos devem ser mitigados e combatidos no planejamento e na regulação setorial.

- d. **Fontes de Energia Elétrica:** A Engie entende que em um planejamento indicativo de longo prazo, há que se ventilar os empasses e vantagens de cada tecnologia, no entanto, permitir que a competição de mercado guie a expansão.

Desta forma, defendemos uma análise desagregada por fonte e tecnologias, com a intenção de apresentar os desafios e obstáculos nos quais o planejador pode atuar buscando contornar os entraves à expansão. Pois assim, o planejamento não determina quais fontes serão ou não serão adotadas, deixando a escolha entre as tecnologias à cargo da competição do mercado.

Não obstante, a Fonte Nuclear possibilita análises de custo-benefício que transcendem o Setor de Energia, englobando também avaliações quanto aos impactos trazidos para a Defesa Nacional, medicina nuclear e agricultura. Quanto a isso, entendemos que caso a este fonte venha a ser desenvolvida com foco em outras áreas para além do Setor de Energia, deve ser tratada como política pública e não onerar o Setor Energético. Desta forma, há que se avaliar o devido compartilhamento de custos de implantação, manutenção e geração, entre todos os Setores e Agentes beneficiados.

- e. **Usinas Hidrelétricas:** É fato conhecido que as usinas hidrelétricas perderão a predominância na matriz devido às restrições socioambientais à sua expansão e à defasagem dos estudos de inventário. Assim, a Engie destaca a necessidade de cuidar da modernização do parque hidrelétrico existente, a gestão das restrições operativas e ambientais, e a atualização do inventário de potencial hidrelétrico brasileiro

Vejamus que, é primordial preservar e modernizar o parque existente, bem como obter uma estimativa mais acurada do real potencial hidrelétrico disponível para uso, pois esta fonte possui atributos muito favoráveis para a operação sistêmica.

- f. **Matriz Baixo carbono:** É primordial que a matriz elétrica brasileira seja mantida como de baixo carbono. Para tal a estratégia de expansão deve garantir as condições para substancial integração das fontes eólica e solar fotovoltaica no sistema elétrico, bem como dos recursos energéticos distribuídos, atentando para os requisitos sistêmicos de flexibilidade.

Como dito anteriormente, defendemos que o olhar do planejador deve ser neutro quanto à tecnologia e sim, focado nos requisitos sistêmicos e ambientais. Desta feita, perante a crescente participação de fontes intermitentes na matriz elétrica nacional, é preciso que atentamente se observem os atributos requisitados pela operação e planejamento sistêmico, especialmente quando tratamos de segurança energética e elétrica.

- g. **Hidrogênio:** Tendo em vista o considerável potencial brasileiro na produção de Hidrogênio e o papel significativo deste combustível na transição energética, atuando como substituto aos combustíveis fósseis, recomendamos que se de maior aprofundamento às possibilidades de integração de Hidrogênio ao Setor de Energia nacional.

- h. **Fontes Renováveis e Transmissão de Energia:** A Engie entende que é necessário integrar as perspectivas de expansão da geração com o planejamento da expansão da transmissão. Além disso, ressaltamos que a integração em larga escala requer contínuos investimentos na ampliação da Rede básica, especialmente na região Nordeste, onde há elevado potencial de expansão da fonte eólica e constantemente se convive com restrições elétricas.

Assim sendo, consideramos que seja importante que haja capacidade de escoamento para a expansão de geração, permitindo menores descolamentos de preço entre os submercados e a menor ocorrência de restrições elétricas. Dentre as principais consequências desta medida podemos citar a redução dos encargos de despacho e a redução na ocorrência de excedentes e exposições financeiras.

No entanto, é importante destacar que também consideramos necessário que os mecanismos de otimização da expansão possuam racional econômico, de tal forma que o custo de transmissão seja considerado na otimização econômica do planejamento da expansão da geração.

A cargo de exemplo, podemos racionalizar quanto à implantação de geração eólica no submercado Nordeste (NE) ou Sudeste (SE): a fonte eólica no NE apresenta maior fator de capacidade, no entanto exige investimentos em transmissão. Por sua vez a fonte eólica no SE, apresenta menor fator de capacidade, no entanto, está localizada próxima ao centro de carga e dispensa grandes investimentos em transmissão. Desta forma, entendemos que seja necessário que se avalie o equilíbrio econômico entre tais opções quando da decisão de expansão da matriz.

- i. **Geração Distribuída:** A Engie aponta para a urgente necessidade de revisar a regra de compensação para a energia injetada através de geração distribuída, assim como a implementação da tarifa binômica em um horizonte de curto prazo. Tais medidas são requisitos para que a expansão da Geração Distribuída no Brasil se dê de forma sustentável, sem onerar os demais consumidores ou as companhias de distribuição.
- j. **Expansão da Oferta de Gás e Integração Gás e Eletricidade:** É esperada uma forte expansão na oferta de gás natural nacional com a exploração das bacias do Pré-sal e a modernização do Mercado de Gás. Em face disso, a necessidade de compatibilizar as características de estabilidade de produção de gás e as necessidades de flexibilidade de geração elétrica ganha destaque.

Vejamos que, é fato que há um descasamento entre a oferta de gás natural e a demanda pela molécula em Termoelétricas. O despacho elétrico, em geral, requer flexibilidade na geração de plantas termelétricas, o que acarreta um consumo variável de gás natural por parte destas geradoras. No entanto, a oferta de Gás Natural exige previsibilidade e inflexibilidade para que ocorra em preços competitivos.

Este fato já é realidade no cenário atual do Setor de Energia e deve se amplificar com o incremento da produção nacional de gás através das bacias do Pré-Sal. Desta forma, entendemos que é preciso que haja esforços no planejamento da infraestrutura e no desenho do Mercado de Gás Natural para que soluções competitivas se originem com o intuito de compatibilizar oferta e demanda.



Não obstante, a Engie entende que, sob nenhuma hipótese, pode haver subsídios cruzados entre dois setores distintos. O Setor Elétrico não deve ser usado para custear a sustentabilidade do setor do Setor de Gás.

- k. **Horizonte para Abertura do Mercado de Energia Elétrica e Implantação do Mercado de Gás Nacional:** Considerando o arcabouço regulatório vigente e as atuais discussões para abertura do mercado de energia elétrica e gás natural, em destaque a Modernização do Setor Elétrico e o Novo Mercado de Gás, recomendamos que se adequem os horizontes apresentados no relatório preliminar do PNE 2050. Os referidos horizontes claramente não estão alinhados com as políticas públicas em andamento e com os princípios utilizados para nortear as recomendações do próprio plano, já que preveem que os desafios de abertura de mercado para eletricidade e gás sejam elucidados no horizonte de 2040.

Entendemos que em um planejamento indicativo, tais ações não podem ultrapassar o horizonte de dois a quatro anos, sob risco de tornar o PNE ultrapassado no curto prazo.

Frente ao exposto, concluímos contribuindo para que a versão final do Relatório do PNE 2050 observe os comentários e ressalvas acima, dentre os quais destacamos:

- ✓ Incentivo a concorrência, a competição e ao livre mercado.
- ✓ A necessidade de isonomia de tratamento entre agente setoriais, de neutralidade tecnológica e de fomento a competição.
- ✓ A necessidade de modernização do parque hidrelétrico existente e a atualização do inventário do potencial de expansão da fonte hidráulica.
- ✓ O incentivo à transição energética e a manutenção de uma matriz de baixo carbono, respeitando a neutralidade tecnológica e sem perder de vista as necessidades sistêmicas e o potencial brasileiro em uma economia sustentável.
- ✓ Expansão da infraestrutura nacional sob o racional econômico do livre mercado.
- ✓ A necessidade de revisão dos subsídios à Geração Distribuída.
- ✓ A integração do Setor de Gás e de Energia, sem subsídios cruzados.
- ✓ A necessidade da modernização setorial, incluindo a abertura dos mercados de energia e gás em um horizonte de curto prazo.

Por fim, enaltecemos a qualidade do relatório apresentado nesta Consulta Pública e expomos nosso endosso as diretrizes que o guiam. Sem mais para o momento e crente de estar contribuindo favoravelmente para o desenvolvimento do setor de energia brasileiro a Engie reforça seus votos de apreço por este Ministério de Minas e Energia.